



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

**O SURDO NA EAD: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO ENSINO  
SUPERIOR**

JOÃO PESSOA  
2013

THAYANE LEITE DE VASCONCELOS LIMA

**O SURDO NA EAD: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO ENSINO  
SUPERIOR**

Monografia apresentada no curso de  
graduação na Universidade Federal da  
Paraíba, Curso de Pedagogia. Sob a  
orientação Prof.<sup>a</sup> Janaína Aguiar Peixoto

JOÃO PESSOA

2013

L732s Lima, Thayane Leite de Vasconcelos.

O surdo na EAD: possibilidades e desafios no ensino superior /  
Thayane Leite de Vasconcelos Lima. – João Pessoa: UFPB, 2013.  
56f. ; il.

Orientador: Janaína Aguiar Peixoto  
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Educação de surdo. 2. Educação a distância. 3. Ensino superior. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 376+378 (043.2)

# **OSURDO NA EAD: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO ENSINO SUPERIOR**

Monografia apresentada no curso de graduação na Universidade Federal da Paraíba, Curso de Pedagogia. Sob a orientação Prof.<sup>a</sup> Janaína Aguiar Peixoto

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Santiago**

---

**Prof.<sup>a</sup> Ms. Carolina Silva Resesende**

---

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutoranda Janaína Aguiar Peixoto**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade de iniciar e concluir com muito louvor o curso.

Aos meus professores por todo ensinamento que passaram.

A minha orientadora Janaina Aguiar Peixoto pela paciência e enorme dedicação durante todo o desenvolvimento da monografia.

Ao meu esposo Erick Andre Aciole pela compreensão durante as minhas ausências ao longo do curso e por acreditar no sonho que Deus realizava em minha vida.

Aos meus pais Joseni e Francisco por sempre acreditarem em mim e em meus sonhos.

A meu irmão Thyago que sempre me deu exemplo e vibrava por cada conquista minha.

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Santiago por todo conhecimento compartilhado em suas aulas e em seu grupo de pesquisa, que me motivou a acreditar na área de Educação Especial.

Por fim agradeço as minhas colegas de turma que proporcionaram momentos de enorme alegria e troca de conhecimento ao longo do curso.

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a vivência acadêmica dos alunos surdos no curso de Licenciatura Plena em Letras/LIBRAS da UFPB na modalidade à distância, bem como identificar as dificuldades enfrentadas eles e coletar suas sugestões de modificação que visem contribuir para permanência no referido curso. Utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa, realizada com seis alunos da modalidade de ensino supracitada. Após o tratamento dos dados coletados, revelou-se que há uma preocupação da instituição em garantir o acesso e a permanência dos alunos com surdez por meio de recursos metodológicos que facilitam o ensino/aprendizagem, o que representa um avanço considerável para a inclusão desses alunos. Contudo, verificou-se também que ainda existem pontos que podem ser melhorados para que o processo se torne ainda mais eficaz.

**Palavras-chave:** Educação de Surdo - Educação a Distância – Ensino Superior.

## **ABSTRACT**

This study aimed to analyze the academic experience of deaf students in the Full Degree in Literature / LIBRAS of UFPB, in distance mode, as well as identifying the difficulties faced by them and collect their suggestions for changes which aim to help their stay in that course. It was used as a methodological procedure qualitative research conducted with six students of the teaching modality aforementioned. After the treatment of the data collected, it was revealed that there is a concern of the institution to ensure access and retention of students with deafness through methodological resources that facilitate the teaching / learning process, which represents a considerable advance for the inclusion of these students. However, it was also found that there are still points which can be improved so that the process becomes more effective.

Key words: Education of Deaf - Distance Education - Higher Education.

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2- UMA VISÃO PANORÂMICA NO MUNDO DOS SURDOS .....</b>	<b>11</b>
2.1- Um pouco da história da educação de surdos .....	11
2.2 - Identidades Surdas .....	15
<b>3- A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....</b>	<b>18</b>
3.1- O percurso histórico da Educação a Distância .....	18
3.2 - O curso de Licenciatura plena em Letras LIBRAS da UFPB Virtual.....	22
<b>4 – A PESQUISA .....</b>	<b>28</b>
4.1 - Metodologia .....	28
4.1.1- Objetivo geral .....	28
4.1.2- Objetivos específicos .....	28
4.1.3- Participantes.....	28
4.1.4- Instrumento .....	30
4.2- Análise dos dados .....	30
4.2.1- O retrato da realidade do aluno Surdo no curso de Licenciatura plena em Letras LIBRAS na UFPB Virtual (pontos negativos e positivos)	30
4.2.2- O Surdo na EAD: possibilidades (sugestões) .....	35
4.2.3- O Surdo na EAD: desafios.....	36
<b>5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>46</b>



## 1- INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EAD) é uma modalidade de ensino que tornou uma importante ferramenta facilitadora para a formação superior beneficiando vários grupos, entre os beneficiados estão às pessoas com deficiência auditiva.

Neste estudo, compreende-se como deficiência auditiva “a perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em graus e níveis de acordo com decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999”.

A EAD surgiu nos últimos anos como mais uma difusora do conhecimento. Na UFPB a EAD tem sido uma alternativa utilizada pelos surdos, na busca de uma formação superior.

Este trabalho tem como objetivo discutir como tem sido a parceria na construção de uma nova história entre Educação a Distância e a pessoa com surdez na UFPB, não apenas abordando os benefícios desta modalidade, mas também suas limitações e as dificuldades enfrentadas pelo surdo.

Afinal, os surdos chegaram às universidades por meio da inclusão que é um direito garantido por lei. Mas, essa conquista, ainda tem muito a ser discutida. Em decorrência da análise da situação da realidade do aluno surdo no Ensino Superior da UFPB, alguns questionamentos se mostram pertinentes, tais como as estratégias utilizadas por essa instituição de ensino para viabilizar a inclusão e permanência do surdo no ensino superior, quais dificuldades encontradas pelo surdo e como é a vivência acadêmica dos surdos na EAD.

O interesse em trabalhar este tema “O surdo na EAD: Possibilidades e desafios no Ensino Superior” deve-se ao fato do mesmo contemplar as questões relacionadas a vivência de mundo da pessoa surda. Mostrando alguns desafios que ela enfrenta para chegar ao ensino superior e como a EAD tem contribuído para que muitos surdos escrevam uma nova história.

Sendo assim, a presente pesquisa parte da seguinte problemática: De que maneira um curso da EAD pode facilitar o ingresso e término do ensino

superior de um aluno surdo e quais são as reais dificuldades e conquistas da comunidade surda?

Com base nesta questão, seu objetivo é analisar as contribuições da EAD para o ingresso e permanência do surdo no Ensino Superior, tendo como campus investigativo o curso de Licenciatura Plena em Letras Libras (modalidade de ensino a distância) da Universidade Federal da Paraíba.

Para tanto, a distribuição deste trabalho consiste na abordagem do assunto em três capítulos. No primeiro capítulo teremos uma visão panorâmica sobre a surdez e a pessoa surda. A fundamentação teórica de um ensino superior na modalidade não presencial será abordada no segundo capítulo. Finalizando, o terceiro capítulo apresentará a metodologia utilizada e a análise dos dados obtidos na pesquisa.

## **2- UMA VISÃO PANORÂMICA NO MUNDO DOS SURDOS**

### **2.1- Um pouco da história da educação de surdos**

Este capítulo surgiu com o intuito de compreender como e de que forma ocorreu a história da educação dos surdos através de uma breve visão panorâmica.

A história das comunidades surdas foi construída ao longo do tempo, por vozes de familiares, autoridades sociais e pelos surdos. Por isso, faz-se necessário buscar na história dos surdos momentos de grande importância para educação dessa comunidade.

Na Antiguidade os surdos eram tidos como pessoas incapazes, ignoradas, desqualificadas e inferiorizadas pelas sociedades da época. Desta forma dizia-se que o surdo não possuía língua, pois o pouco de língua oral que utilizavam para se comunicar não era como das pessoas ouvintes.

Aristóteles em um momento de sua longa trajetória afirmou que o ouvido seria o órgão mais importante para que ocorresse o processo de educação, esta opinião acabou contribuindo para que o surdo fosse visto pela sociedade como um ser que não poderia receber qualquer instrução. O surdo nesta época era uma pessoa sem direitos, pois não utilizava a linguagem oral.

Na Idade Média a surdez ainda não tinha explicação, principalmente para a Igreja que se torna possuidora da autoridade e disseminou ainda mais a discriminação, para ela a surdez estava diretamente ligada à falta de Deus. Assim como na Antiguidade ainda indagava-se que a surdez estava firmada pela não produção oral e a língua de sinais usada por alguns surdos não era reconhecida como língua. Portanto nesta época não existiam programas voltados para a educação do surdo, apenas no final da Idade Média foi que surgiram alguns trabalhos na área da educação voltados para os surdos, com o foco de incorporá-lo à sociedade.

Apenas em 1750 o Abade Charles Michel de L'Épée decidiu dedicar-se a educação do surdo criando um abrigo sustentado com recurso próprio onde o surdo tinha “voz” e utilizavam a língua de sinais para se comunicar. Épée fundou a primeira escola pública para surdos conhecida como “Instituto para

Jovens Surdos e Mudos de Paris”. No instituto, ensinou sua metodologia para profissionais de diversos países preparando-os para atuarem com alunos surdos.

A educação dos surdos aqui no Brasil deu início com a criação do Instituto de Surdo-Mudo conhecido hoje como Instituto Nacional de Educação de surdos (INES). O instituto foi fundado em 26 de setembro de 1857, pelo então professor surdo Mestre Ernet Huet que veio ao Brasil atendendo o convite do Imperador D. Pedro II.

Ao chegar ao Brasil, Huet, primeiro diretor do INES, ensinou a Língua de Sinais Francesa, sua língua materna, porém respeitou a forma de comunicação informal já existente e utilizada pelos surdos brasileiros.

Em 1880 houve em Milão o II Congresso Internacional sobre Educação de Surdos. Este congresso se tornou o principal marco histórico para a comunidade surda, pois neste congresso ficou declarado que a língua oral era superior à língua gestual e teve aprovada uma resolução que proibia o uso da língua gestual nas escolas de surdos. A maior parte dos surdos defendia a língua gestual e um grande defensor da língua oral era Alexander Graham Bell que desempenhou uma grande influência no resultado da votação.

Os professores surdos que atuavam nas instituições foram demitidos, pois utilizavam a língua de sinais como língua de instrução. Os ouvintes acreditavam que desta forma poderiam impedir qualquer opinião contra o oralismo.

Segundo Faria e Carvalho (2010, p. 89):

No começo do século XX já se ouvia falar dos insucessos do oralismo, trazendo consigo outras conotações para o surdo, ou seja, quando não progrediam na oralidade, eram considerados deficientes mentais.

Surge em meados do século 60 e 70 a comunicação total a partir de questionamentos sobre a real eficácia do oralismo. A Comunicação Total consistia no uso simultâneo de língua oral e língua sinalizada, mas ainda existia uma lacuna e a partir da pesquisa de Stokoe e com a publicação do livro

Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication System of the American Deaf (Cadastro Estrutura da Linguagem: Um Esboço do Sistema de Comunicação Visual do surdo americano) foi possível perceber que a língua sinalizada era tão completa como qualquer outra língua.

Depois dessa publicação de Stokoe surgiram algumas pesquisas sobre a Língua de Sinais. Aliando a insatisfação ao oralismo de alguns educadores e dos surdos principalmente, foi que surgiu a utilização dentro das salas de aula mais uma vez. (GOLDFELD, 2001, p. 28)

Para Lacerda (1998) o Bilinguismo oferece um espaço real para que a língua de sinais seja aplicada no ambiente educacional, dispondo o ensino das duas línguas para a criança surda: a língua de sinais, como primeira língua e a língua oral oficial do país, como segunda língua. Essa proposta tem sido mais aceita e vista como a mais adequada para o ensino de crianças surdas, de modo que o objetivo principal desse método é que a criança surda alcance a fluência nestas duas línguas.

A LIBRAS passou a ser reconhecida aqui no Brasil pela Lei nº 10.436/2002 (Anexo 1) que foi regulamentada pelo Decreto 5.626/2005 (Anexo 2). A partir desta Lei a LIBRAS foi reconhecida como meio legal de comunicação e como língua oficial da comunidade surda brasileira.

Nos últimos anos, segundo Cruz e Dias (2009), a inclusão social e educacional do surdo se intensificou de forma significativa. Já é possível identificar os surdos não mais como àqueles que viviam à margem da sociedade, mas agora como pessoas com direito de serem educadas a partir do seu processo de comunicação e língua, agora reconhecida como língua oficial do surdo.

O Decreto nº 5.626/2005 (Anexo 2), de dezembro de 2005 mostra a importância da oficialização da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS- reconhecendo esta como a primeira língua dos surdos. Este mesmo decreto reconhece que a LIBRAS deve ser inserida como disciplina obrigatória nos cursos de Licenciatura, de Pedagogia e Fonoaudiologia no Brasil. Além disso, deve ser oferecida como disciplina optativa nos demais cursos superiores.

O Art. 10 deste documento possibilitou a criação de cursos superiores voltados principalmente para a comunidade surda. Em meio a esses avanços dois cursos são expressos de forma clara no decreto: Pedagogia Bilíngue e Letras/LIBRAS. No capítulo V deste decreto há uma indicativa de criação de novos cursos de graduação e pós-graduação para a formação de intérpretes e tradutores de Português/ LIBRAS e LIBRAS/Português.

No ano de 2006 no mês de outubro surge na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) o curso Letras/LIBRAS que foi o primeiro curso de graduação oferecido no País. Segundo Quadros (2008, p. 171):

O curso está sendo oferecido em quinze estados brasileiros: Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Dispõe de uma turma de 500 alunos em andamento e iniciará uma nova turma com mais de 900 alunos.

Segundo Faria e Assis (2012, p. 118):

Curso a distância e presencial iniciado em 2006 pela UFSC com diversos polos em todo Brasil. A primeira turma formou-se em 2010. Nesta turma pioneira tivemos a representação da Paraíba com alunos formados no polo de Fortaleza, sendo 5 surdos e 2 ouvintes.

De acordo com Quadros (2008, p. 170):

Os alunos do Letras Libras receberão a titulação da UFSC como licenciados em Língua Brasileira de Sinais para atuarem como professores dessa língua em diferentes espaços educacionais. Esse curso forma professores para o ensino da Libras como primeira língua, ao lecionar para alunos surdos, e como segunda língua, ao licenciar para falantes do Português.

O curso de Letras/LIBRAS na UFPB segundo Faria e Assis (2012, p. 118):

Curso a distância foi iniciado em 2010 pela UFPB com diversos polos em toda Paraíba. Vários alunos de Estados vizinhos são contemplados por essa formação. A conclusão deste curso será em dezembro de 2013 e a formatura em 2014.

Com base neste pequeno histórico apresentado, percebe-se que todos os momentos descritos foram de grande importância no que diz respeito ao

desenvolvimento da educação dos surdos. Mediante a todos esses avanços que a comunidade surda obteve é possível perceber a real necessidade de respeitar o surdo de compreender os seus direitos e aceitar a diferença das pessoas em nossa volta.

Cruz & Dias (2009) ainda apontam que as verdadeiras condições do surdo hoje ainda são de muita dificuldade, de rejeição e sofrimento, pois muitos deles são nas entrelinhas forçados a aprender a falar sem o uso de sinais, saber como escrever o português igual a uma pessoa ouvinte. Visto isso é notório que ainda não há uma conscientização que os surdos têm sua própria língua, que são capazes de produzir e de avançar em sua escolarização mesmo enfrentando dificuldades diversas.

A falta de aceitação das diferenças é a principal dificuldade atualmente, pois vivemos num mundo onde várias culturas dividem o mesmo espaço, entre estas diversas culturas temos a cultura surda.

A seguir abordaremos as identidades culturais surdas para compreendermos melhor as características dos colaboradores desta pesquisa.

## **2.2 - Identidades Surdas**

Com relação à identidade surda e como ela é construída, podemos dizer que, a mesma, ocorre a partir do desenvolvimento de uma comunidade que tem sua própria cultura onde o surdo identifica-se e se integra. De acordo com Perlin (1998), a identidade surda pode possuir cinco tipos que definidas como:

- Flutuante – Não tem pertencimento em nenhuma comunidade e possui uma comunicação fragmentada. Não é fluente em nenhuma Língua.
- Embaçada ou Incompleta – Onde o surdo se sente em uma identidade inferior pelo fato de não conseguir interagir na comunidade de ouvintes e também não conseguir integrar-se na comunidade de surdos. Geralmente não quer contato com outros surdos, pois acha que estando com ouvintes está entre os superiores.

- Transição – São os surdos que por algum motivo tiveram contato tardio com a comunidade surda. Neste momento o surdo passa por uma transição de uma tentativa de comunicação com o mundo por meio de informações sonoras para um mundo vivenciado por informações visuais.
- Híbrida – Reconhecida em surdos que nasceram ouvintes e perderam a audição por algum motivo. Possuem conhecimento das duas línguas.
- Identidade Surda: Na qual o surdo desenvolve suas experiências através da Língua de Sinais, sua L1. Este sujeito é reconhecido pelo seu discurso em favor da Cultura Surda e dos direitos da comunidade em que ele é militante.

É importante destacar a importância da identidade surda, pois os surdos que assumem sua identidade são representados em discursos nos espaços culturais surdos.

A maioria dos estudos tem como ponto de partida a ideia que a identidade surda está diretamente relacionada a uma questão de uso de língua. Já para os autores que defendem a língua de sinais (PERLIN, 1998; MOURA, 2000) afirmam que é só de posse desta língua adquirida em qualquer idade que o surdo construirá uma identidade surda, já que o mesmo não é ouvinte.

O que acontece na verdade, é que, a partir do contato de uma pessoa surda com outros surdos que use a língua de sinais surge às novas possibilidades de interação. A partir do momento que o surdo utiliza a língua de sinais e todos os mecanismos que ela oferece para a comunicação, surge então o sentimento de pertencimento à comunidade e a construção da identidade surda.

Falar sobre a identidade surda ainda é um assunto muito complexo, pois ao tornar a língua como algo um norteador de uma identidade social, mesmo levando em conta a sua totalidade apenas enfatiza-se a seu valor como caráter instrumental.



A identidade seria então uma construção interrupta, que teria como objetivo buscar a relação com diferentes sujeitos, tempo e espaço. Segundo aponta SÁ (2002):

Mesmo considerando que o aspecto linguístico não é o único nem o principal aspecto da construção da(s) identidades(s) dos surdos, friso que a identidade de um indivíduo se constrói na e através da língua. A língua é uma atividade em evolução, assim como é a identidade. (SÁ, 2002, p. 105).

Deste modo é essencial que o surdo possa conhecer e utilizar a língua de sinais interagindo com seus pares, para que assim o surdo possa se identificar na comunidade que pertence. Se este contato for impedido seja por proibição do uso da língua de sinais ou proibição do contato com outras crianças surdas, o mesmo, não vai se sentir parte de sua comunidade. Sendo assim, não construirá uma identidade surda.

A intenção é mostrar que ainda é necessário o aprofundamento de discussões sobre a identidade na surdez. Pois se faz necessário entender que a identidade surda está em constante mudança, os surdos não são um grupo de identidade homogêneo.

Com base nesta pequena viagem pelo mundo dos surdos realizada no primeiro capítulo apresentaremos a seguir o objeto do nosso estudo: O Ensino a Distância para surdos.

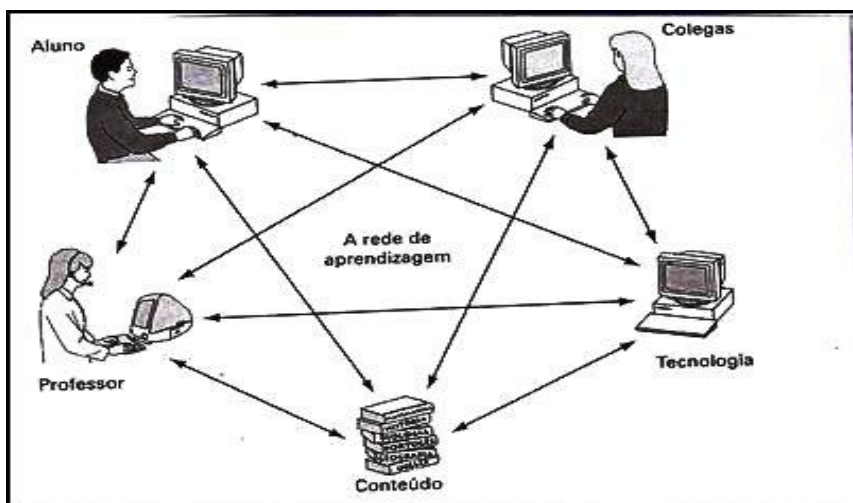
### 3- A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

#### 3.1- O percurso histórico da Educação a Distância

A Educação a Distância (EAD) é uma modalidade de ensino que tem se tornado uma importante ferramenta facilitadora para a formação superior e tem beneficiado vários grupos, entre os beneficiados está a comunidade surda.

Os atuais sistemas educacionais tem se mostrado durante algum tempo incapazes de atender os alunos surdos. Contudo o desenvolvimento atual da tecnologia virtual possibilitou um grande avanço para os surdos. Estas “novas salas de aula” apresentam características diferenciadas como a possibilidade de contato virtual com um amplo número de colegas, com os quais, os estudantes podem trocar experiências e ideias numa quantidade superior em relação ao curso presencial em sua própria região. Além de permitir o acesso a um quadro bastante amplo de professores e instrutores (BRASIL, 2005).

Figura 1. A rede de aprendizagem na Educação Virtual



Fonte: Palloff & Pratt (2004).

A EAD surgiu como um instrumento de grande importância para o conhecimento, pois tem reduzido às dificuldades atendendo assim um grande número de pessoas, oferecendo oportunidade de formação superior com um modelo flexível de tempo e ritmo. As tecnologias tem se tornado

grande aliada na elaboração de sistemas didáticos que auxiliam a pessoa com deficiência. Segundo Faria e Carvalho (2010, p.5) a EAD se mostra:

Neste contexto, a Educação a Distância (EAD) surge como um segmento importante para a construção destes caminhos, oferecendo uma alternativa viável para o sistema de educação superior brasileira, possibilitando otimização e ampliação da capacidade de atendimento à grande maioria dos alunos adultos e trabalhadores.

Para que a EAD alcançasse todo esse desenvolvimento tecnológico, a mesma passou por quatro fases seguindo uma linha de acordo com a tecnologia que era adotada na época. O primeiro período foi de 1840-1950 onde o curso era feito por correspondência os instrutores produziam o material que era enviado pelo correio; já o segundo período foi de 1950-1960 foi quando surgiu as primeiras Universidades Abertas que ampliava o ensino, utilizando agora de rádio, TV, fax e o material impresso. A leitura dos textos eram gravadas e transmitidas para outros alunos que podiam acompanhar de casa ou de outra sala; o terceiro período surge entre 1960-1995 está fase foi uma junção das duas anteriores com ajustes de modo que existia uma abordagem multimídia; o quarto período foi a partir de 1995 onde surgem as múltiplas tecnologias como os computadores e as redes de comunicação que provocaram mudanças importantes nos processos educacionais, de modo que foi ampliando a comunicação entre os alunos, instituição, professor. (FARIA E CARVALHO, 2010 p. 296).

No final do século XIX as experiências educativas a distância surgem de forma ainda embrionária no Brasil. Já no século XX encontrou na EAD (Educação a Distância) uma alternativa às exigências e necessidades pedagógicas. Deste modo a EAD passou a ocupar uma posição instrumental e estratégica para satisfazer as amplas e diversificadas necessidades de qualificação das pessoas adultas. (PRETI, 1996)

Faria e Carvalho (2010, p. 297/298) apresentam os seguintes dados históricos:

- A. Entre a década de 30 e 40 as instituições como Instituto Monitor e Instituto Universal Brasileiro passaram a oferecer cursos por meio de correspondência. Pouco tempo depois a Universidade Ar que era promovida pelo SENAC passa a funcionar via rádio.
- B. Já entre as décadas de 50 e 60 os cursos por correspondências que tinham como intuito alfabetizar adultos passa a ser conhecida, contando a participação integrada da Igreja Católica.
- C. Durante as décadas de 70 e 80, a TV Globo juntamente com a Universidade de Brasília usando os multimeios passaram a oferecer cursos. Oferecendo assim a oportunidade de se concluir os estudos básicos.
- D. Em 1995 a Fundação Roberto Marinho e a FIESP, foi recriado os cursos Telecurso 1º Grau e Telecurso 2º Grau. Os materiais didáticos de ambos os cursos eram compostos por livros e vídeos que permitia ao aluno assistissem as aulas em casa pela TV ou em alguma das várias telessalas espalhadas pelo Brasil.
- E. Durante 1995 a Internet passa a ser propagada pelas Instituições de Ensino Superior, por meio da RNP (Rede Nacional de Pesquisa).
- F. Em 1999-2002 as Instituições Universitárias passaram a ser oficialmente habilitadas para atuar na modalidade EAD.
- G. Em 2000 a Universidade Virtual Pública do Brasil iniciou seu funcionamento, e 70 instituições públicas de ensino superior tem como foco fazer com que o acesso a uma educação de qualidade possa ser oferecida em cursos a distância.
- H. E por fim em 2006 houve a inauguração da Universidade Aberta do Brasil.

No Brasil a EAD ainda é recente e alcançou impulso somente em 1994 com dois avanços expressivos. De acordo com Faria e Carvalho (2010 p. 293):

Somente em 1994, com a expansão da Internet nas Instituições de Ensino Superior (IES) e com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)- Lei 9.394/96 de dezembro de 1996, a EAD foi oficializada.

A EAD passou a ser reconhecida, oficialmente no Brasil como modalidade apenas em 1996. Segundo Faria e Carvalho (2010 p. 298):

[...] na consolidação da última reforma brasileira, instaurada pela Lei de nº 9.394/96. Com a promulgação desta Lei, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a EAD passou a ser uma alternativa regular e, regulamentada, deixou de pertencer ao elenco de projetos sempre designados como “experimentais”.

Através do Decreto nº 5.800 em 08 de junho de 2006 deu início ao UAB- Universidade Aberta do Brasil, com o intuito de desenvolver o segmento da educação à distância, com o intuito de expandir a oferta de cursos superiores em todo o Brasil. Segundo Faria e Carvalho (2010, p. 299):

A Educação a Distância é institucionalizada através do Decreto 5.622 que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, caracterizando-a como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

O curso de modalidade a distância surge na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no ano de 2006. A UFPB VIRTUAL faz parte do UAB (Universidade Aberta do Brasil), disponibilizando nove cursos de graduação listados: Letras, Letras Libras, Pedagogia, Matemática, Ciências Biológicas, Ciências Naturais, Computação, Ciências Agrárias e Administração Pública, todos na modalidade à distância.

Segundo o Coordenador Jan Edson Rodrigues Leite:

Atuamos na educação superior, possibilitando educação de qualidade na modalidade à distância, junto aos 27 Polos Municipais, nos

Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Bahia, com cursos autorizados pelo MEC e desenvolvidos com o padrão de qualidade UFPB<sup>1</sup>.

### **3.2 - O curso de Licenciatura plena em Letras LIBRAS da UFPB Virtual**

Como visto no primeiro capítulo, o Art. 10 do Decreto nº 5.626 possibilitou a criação de cursos superiores voltados principalmente para a comunidade surda. Por meio deste avanço dois cursos são expressos neste decreto: Pedagogia Bilíngue e Letras/LIBRAS.

O objeto desta pesquisa é o curso Letras/LIBRAS da UFPB que surgiu no ano de 2010, com o intuito de atender a uma necessidade educacional e do mercado de trabalho. Além de atender também a determinação da própria LDB que mostra que em salas que se tenham presentes alunos surdos passa a ser garantida a presença de tradutor/intérprete de LIBRAS nestas salas para que o aluno tenha suporte. Segundo Faria e Carvalho (2010, p. 5):

A região Nordeste é carente em profissionais proficientes em LIBRAS e o Curso de Graduação “Letras/LIBRAS a Distância” é mais uma importante ação no sentido de promover a interiorização de oportunidades de formação a nível superior em nosso país e de responder a essa expectativa da Região.

Através do curso Letras/LIBRAS é possível que se tenha uma aproximação das necessidades sociais, culturais e linguísticas das pessoas surdas. Deste modo os beneficiários desta inclusão não são apenas as pessoas surdas, mas todo aquele indivíduo que por meio da EAD consegue de forma singular obter sua formação superior.

O curso Letras/LIBRAS surgiu para criar novas possibilidades tanto para os alunos ouvintes como para os alunos surdos de poderem obter além de uma formação superior um novo horizonte por meio dos conhecimentos que serão adquiridos por meio das disciplinas do curso.

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://portal.virtual.ufpb.br/wordpress/sobre/>

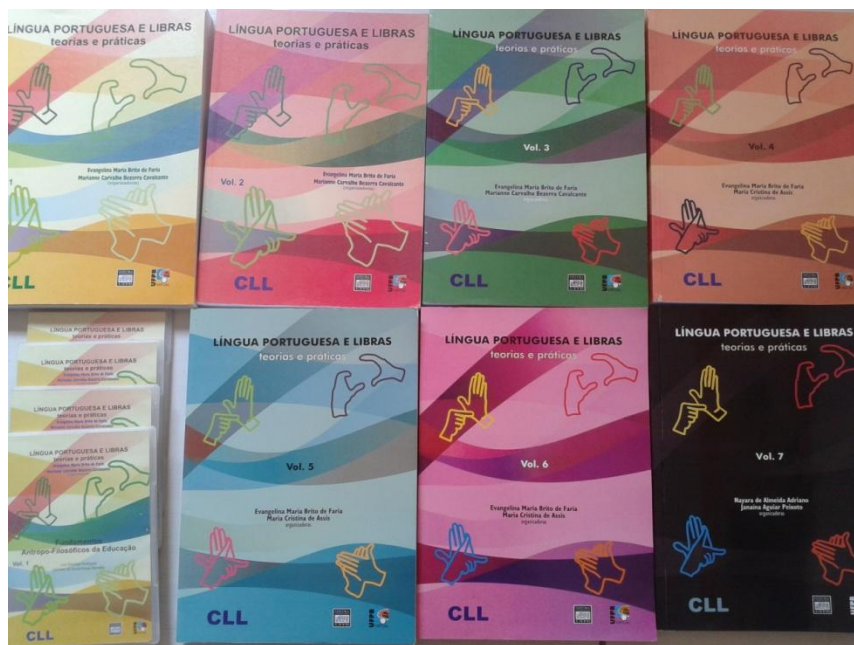
Este curso de modalidade a distância oferecido pela UFPB VIRTUAL, disponibiliza vagas que são distribuídas entre surdos, ouvintes usuários da LIBRAS e professores da rede pública.

A organização desse curso, na prática, ocorre com os seguintes agentes:

a) *O aprendente:* aluno do curso a distância (surdo ou ouvinte). Atualmente o curso possui 406 alunos matriculados, com previsão de 32 concluintes da primeira turma para dezembro deste ano.

b) *Os professores autores:* responsáveis pela elaboração do material didático e conteúdos das disciplinas. Os alunos recebem um livro por período, onde cada capítulo consiste no texto base de uma disciplina. Essa publicação é acompanhada de 6 (seis) DVDs, contendo a tradução para a LIBRAS dos textos escritos em Português no livro.

Figura 2: Material didático publicado pela coordenação do curso e distribuído gratuitamente para os alunos.



Fonte: Foto cedida pela coordenação do curso

- c) Os professores das disciplinas: responsáveis pelas aulas no ambiente virtual, pela elaboração de atividades e provas. Este profissional é responsável pelo andamento da disciplina. Atualmente o curso possui no seu quadro docente 40 professores. Dentre eles 5 (cinco) professores surdos, mestres e pertencentes aos quadros efetivos de Universidades Federais na Paraíba e em Pernambuco.

Figura 3: Alguns professores, Tutores-intérpretes e tutores de português

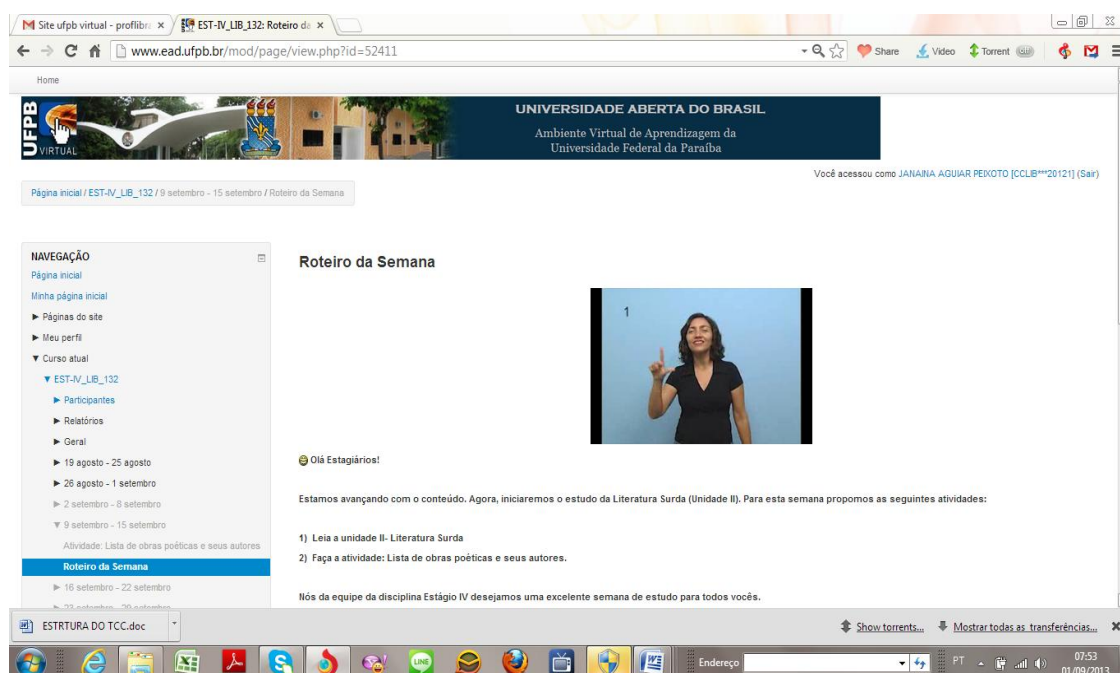


Fonte: Foto cedida pela coordenação

- d) Os tutores a distância de português: responsável pelo atendimento aos alunos e pelas correções das atividades/provas. Estes 54 profissionais, a maioria com pós-graduação, trabalham auxiliando ao professor.
- e) Os tutores a distância intérpretes: responsáveis pela acessibilidade do aluno surdo na disciplina. Este profissional trabalha dando assistência a esses alunos e auxiliando ao professor interpretando: os enunciados das atividades, as orientações, as aulas por vídeo conferência, dentre outros recursos na plataforma Moodle que estiver em Português. Vale ressaltar, que atualmente o curso conta com a atuação de 30 tutores tradutores/intérpretes, dentre estes 7 (sete) são tutores surdos formados em Letras/Libras pela UFSC que atuam em diversas disciplinas nesse curso. Fato este que é de extrema relevância, pois o aluno surdo se identifica com o tutor intérprete surdo e ver nele um exemplo de superação e pode acreditar nas possibilidades.



Figura 4: Exemplo de atuação de uma tutora tradutora surda na plataforma



Fonte: Foto cedida pela coordenação

- f) Consultores: responsáveis pela consultoria de sinais e ajustes durante a gravação no estúdio do curso, onde são produzidas as traduções pelos tutores intérpretes. Este serviço visa a qualidade das traduções. Todos os consultores são surdos.
- g) Os tutores presenciais: responsáveis pelo atendimento aos alunos no polo da UAB (Universidade Aberta do Brasil)–UFPB Virtual nas seguintes cidades: João Pessoa (PB) Campina Grande (PB), Pombal (PB), Camaçari (BA), Cabaceiras (PB), Taperoá (PB), Itaporanga (PB), Alagoa Grande (PB), Duas Estradas (PB), Conde (PB), Coremas (PB). Estes tutores presenciais possuem conhecimentos em LIBRAS, e foram selecionados para atenderem alunos ouvintes e surdos.
- h) Os coordenadores de polos da UAB: responsáveis pela administração dos polos. É o profissional que mantém o contato com a prefeitura da

sua cidade, pois esses polos são frutos da parceria entre a Universidade e as prefeituras.

- i) O coordenador do Curso: profissional responsável pelas questões acadêmicas e administrativas do curso; Atualmente a coordenadora é a Profª Mestra Nayara de Almeida Adriano, professora surda, que assumiu a gestão do curso desde outubro de 2012.

Figura 5: Vice-coordenadora Profª Ms. Janaína Peixoto, 1ª Coordenadora e Fundadora do curso Profª Drª Evangelina Faria e atual coordenadora Profª Ms. Nayara de Almeida Adriano.



Fonte: Foto cedida pela coordenação

Através da análise do Projeto Político do Curso Letras/LIBRAS que tem como finalidade embasar toda a estrutura do curso, colhemos algumas informações pertinentes:

O Curso Bilíngue de Letras/Língua Brasileira de Sinais, através de seu Projeto Político-Pedagógico, tem como objetivo geral e precípua formar professores para atuar no ensino da língua brasileira de sinais como primeira e segunda língua, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Ainda de acordo com o PPC do curso Letras/LIBRAS, constatou-se que o mesmo é composto por 47 disciplinas, que está distribuído como mostra o fluxograma abaixo:

**FLUXOGRAMA - CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS- LIBRAS**

<b>1º. PERÍODO</b>	<b>2º. PERÍODO</b>	<b>3º. PERÍODO</b>	<b>4º PERÍODO</b>	<b>5º. PERÍODO</b>	<b>6º PERÍODO</b>	<b>7º. PERÍODO</b>	<b>8º PERÍODO</b>
Fundamentos de Linguística	Teorias Linguísticas	Morfologia	Sintaxe	Semântica e Pragmática	Aquisição da linguagem	Optativa	Trabalho de Conclusão de Curso
Fundamentos da Ed. de surdos	LIBRAS I	LIBRAS II	LIBRAS III	LIBRAS IV	LIBRAS V	LIBRAS VI	Pesquisa Aplicada à LIBRAS
Introdução aos Estudos Literários	Teorias Literárias	Literatura Visual	Escrita de Sinais I	Escrita de Sinais II	Escrita de Sinais III	Estágio Supervisionado III	Conteúdos Flexíveis
Leitura e produção de Texto I	Metodologia do trabalho científico	Introdução aos Estudos da Tradução	Teorias da Tradução I	Teorias da Tradução II	Optativa	Estágio Supervisionado IV	Estágio Supervisionado VI
Introdução à EAD	Fonética e Fonologia	Optativa	Optativa	Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado V	E
Fundamentos Antropo-filosóficos da Educação	Fundamentos Sócio-históricos da Educação	Fundamentos Psicológicos da Educação	Política e Gestão da Educação	Didática da LIBRAS	Leitura e Produção de Texto II	Conteúdos Flexíveis	Estágio Supervisionado VII
<b>TOTAL: 360h</b>	<b>TOTAL: 360h</b>	<b>TOTAL: 360h</b>	<b>TOTAL: 360h</b>	<b>TOTAL: 360h</b>	<b>TOTAL: 360h</b>	<b>TOTAL: 360h</b>	<b>TOTAL: 300h</b>

QUADRO 1: QUADRO EXTRAÍDO DO PPC

## **4 – A PESQUISA**

Neste capítulo abordaremos o percurso metodológico da presente pesquisa e a análise dos dados obtidos.

### **4.1 - Metodologia**

Utiliza-se como pressupostos teórico-metodológicos a pesquisa qualitativa em pesquisa de campo, onde o objetivo é conseguir informações sobre um problema que precisa de resposta. Consistindo assim na observação de fatos e coleta de dados importantes para a pesquisa.

#### **4.1.1- Objetivo geral**

Analisar as contribuições da EAD para o ingresso e permanência do surdo no Ensino Superior, tendo como campus investigativo o curso de Licenciatura Plena em Letras Libras (modalidade de ensino a distância) da Universidade Federal da Paraíba.

#### **4.1.2- Objetivos específicos**

- Analisar a importância da EAD para o aluno surdo.
- Compreender como a EAD tem contribuído para a formação do surdo na UFPB.
- Investigar como se dá a permanência do surdo no curso Letras LIBRAS.

#### **4.1.3- Participantes**

A amostra populacional foi de seis surdos entrevistados. Os critérios para a seleção das pessoas de ambos os gêneros que participaram da pesquisa foram: ter surdez, ser fluente na língua de sinais brasileira e ser aluno do curso LETRAS/LIBRAS da UFPB Virtual pertencente a um dos 11 polos onde o curso se faz presente: João Pessoa (PB) Campina Grande (PB),

Pombal (PB), Camaçari (BA), Cabaceiras (PB), Taperoá (PB), Itaporanga (PB), Alagoa Grande (PB), Duas Estradas (PB), Conde (PB), Coremas (PB).

Quadro 2 – Descrição dos colaboradores da pesquisa

Colaboradores	Sexo	Filho de Pais	Quanto à sua comunicação	Período	Polo
Aluno K	F	Ouvintes	1. Sabe pouco LIBRAS e Oraliza pouco 2. Lê e escreve pouco português	5°	João Pessoa (PB)
Aluno P	F	Ouvintes	1. Lê e escreve bem o português	1°	Conde (PB)
Aluno L	F	Ouvintes	1. Fluente em LIBRAS 2. Lê e escreve pouco português 3. Sabe pouco LIBRAS e Oraliza pouco	1°	João Pessoa (PB)
Aluno M	M	Ouvintes	1. Fluente em LIBRAS	1°	Cabaceiras (PB)
Aluno I	F	Ouvintes	1. Sabe pouco LIBRAS 2. Lê e escreve bem o português	2°	Campina Grande (PB)
Aluno A	F	Ouvintes	1. Fluente em LIBRAS 2. Lê e escreve pouco o português	5°	Campina Grande (PB)

Fonte: Elaborado pela Autora.

Todos os colaboradores entrevistados são monitores de projetos de extensão existentes na UFPB<sup>2</sup>. Vale ressaltar, que além das entrevistas diretas com os alunos surdos colaboradores, foram realizadas visitas a coordenação do curso e comparecimento por parte da pesquisadora no dia 20 de Julho no Seminário de Práticas em LIBRAS e Língua Portuguesa (evento realizado pela

<sup>2</sup> As colaboradoras **K** e **L** atuam no projeto “Criação de Materiais Didáticos para o Ensino da LIBRAS”; já os colaboradores **M**, **I** e **A** atuam no projeto “Curso de LIBRAS” e a colaboradora **P** atua como monitora no projeto “Tradução de Obras Literárias para a LIBRAS”.

coordenação do curso como atividade complementar para os graduandos). Essa pesquisa *in loco* favoreceu o registro de conversas com a coordenação e com os alunos surdos, que permitiram confirmar e esclarecer os dados encontrados durante as entrevistas.

#### **4.1.4- Instrumento**

Foi aplicada uma entrevista semi-estruturada filmada com os alunos surdos do curso Letras/LIBRAS, essa coleta de dados ocorreu na UFPB.

O procedimento de filmagem nas entrevistas foi imprescindível para coletar e registrar com precisão os dados, visto que a Língua de Sinais foi o meio de comunicação utilizado entre o pesquisador e o colaborador da pesquisa. Após o momento de entrevista, ocorreu a tradução das mesmas e posteriormente a transcrição para o português escrito.

#### **4.2- Análise dos dados**

Através da transcrição para a Língua Portuguesa das respostas expressadas em Língua de Sinais Brasileira pelos colaboradores da pesquisa, analisaremos os dados obtidos para entendermos a realidade retratada pelos graduandos surdos, as possibilidades e os desafios.

##### **4.2.1- O retrato da realidade do aluno Surdo no curso de Licenciatura plena em Letras LIBRAS na UFPB Virtual (pontos negativos e positivos)**

O posicionamento de cada um dos colaboradores ficou distribuído em pontos negativos relativos ao curso, ao material didático, ao professor e ao intérprete de LIBRAS, em seguida vêm os pontos positivos dos mesmos itens acima descritos.

Os quadros 3, 4, 5 e 6 apresentam as respostas dos alunos à entrevista feita por meio de perguntas em LIBRAS, filmada e traduzida pela pesquisadora e orientadora.

a) *Dados colhidos ao pesquisar sobre o ingresso no curso:*

Na observação do quadro 3 (três), conclui-se que os alunos gostaram do método da prova e que se sentiram seguros e muito surpresos com a disponibilidade de todo o aparato necessário para realizar a prova com segurança.

Quadro 3 – O que você achou da prova para ingressar no curso?

Colaboradores	Respostas
Aluno K	<i>“Foi muito fácil. Foi muito boa à prova foi filmada. O vestibular, na minha opinião está ótimo.”</i>
Aluno P	<i>“É realmente o vídeo foi muito claro eu gostei!”</i>
Aluno L	<i>“Quando eu cheguei para fazer a prova eu vi a professora no vídeo explicando a prova e eu respondi e foi muito bom. Quanto a redação, eu fiquei desesperada, me perguntando: Qual o tema? Como é que eu faria? Mas a professora explicou o tema e eu não entendi aí o intérprete fiscal (presente na hora da aplicação da prova) explicou e eu entendi.”</i>
Aluno M	<i>“Eu fiz a redação, mas pensei: como é que eu ia conseguir fazer a redação? Eu não ia conseguir fazer a redação com aquele tema, o objetivo, como é que eu ia fazer. Mas aí eu consegui, eu respondi e eu tentei e de meio dia terminei a prova e eu consegui concluir.”</i>
Aluno I	<i>Não se posicionou sobre a prova de ingresso para o curso.</i>
Aluno A	<i>“Antes eu fiz o vestibular com ouvintes, foi em outra universidade, que eu fiz o vestibular pra Letras/Inglês. Na universidade quando eu fui fazer a prova não tinha interpretação, não tinha vídeo interpretado, era a prova escrita e pronto.”</i>  <i>“A prova do vestibular daqui eu gostei porque estava de forma muito clara, a interpretação junto com a pergunta em português estava muito boa de fazer a prova, foi muito tranquila.”</i>  <i>“E pela primeira vez quando eu vi um Datashow na hora da prova, um vídeo com interpretação, eu achei muito legal, e as vinte questões estavam todas traduzidas no vídeo! Eu conseguia ver m LIBRAS era uma satisfação poder responder e fazer o texto da redação.”</i>

Fonte: Elaborado pela Autora.

b) *Dados colhidos ao pesquisar sobre o ponto de vista dos alunos quanto ao curso de forma geral:*

Na análise do quadro 4 (quatro), os colaboradores relataram alguns pontos positivos e pontos negativos quanto a experiência de ser aluno deste curso:

Quadro 4 – Ponto positivo e negativo da sua experiência como aluno do curso

Colaboradores	Respostas	
	Pontos Positivos	Pontos Negativos
Aluno K	<i>“Pontos positivos... não tem positivo.”</i>	<i>“Eu quero presencialmente, porque quando eu ligo o computador eu não sinto desenvolvimento, eu leio, eu olho, mas eu não sinto desenvolvimento. Todos os surdos gostam muito mais de ter presencialmente o contato. Tem a oportunidade de perguntar e entende de forma mais clara Porque na realidade quando eu vejo um vídeo eu não sinto emoção.”</i>
Aluno P	<i>“Presencial é melhor porque interage. Mas no computador agente nunca tinha aprendido dessa forma, e agora agente sabe que é mais fácil procurar na internet é possível às pastas estão prontas no ambiente virtual, e agente vê de forma mais clara.”</i>	<i>“Os interpretes precisam de mais clareza.”</i>
Aluno L	<i>Não consta a resposta.</i>	<i>“A questão do Letras Libras é bastante difícil porque a qualidade ainda deixa a desejar, só tem muitas atividades para gente fazer, mas não tem muita explicação.”</i>
Aluno M	<i>“Não tem positivo.”</i>	<i>“O principal ponto negativo é que eu detesto que esse curso seja a distancia, porque sinto muita dificuldade em responder, eu não consigo.”</i>



Aluno I	<i>“É muito importante ter esse curso. Eu busquei esse curso porque individualmente eu posso ter um desenvolvimento melhor. Buscando estudar, e também interagindo com os alunos de forma online, isso esclarece muito mais o conteúdo quando agente começa a discutir com os colegas.”</i>	<i>“Quando eu tenho algumas duvidas, eu preferia que fosse presencialmente que respondesse a minha duvida. Na tela quando eu olho o vídeo, ali pra perguntar, eu não posso interromper e perguntar, essa é minha opinião.”</i>
Aluno A	<i>“Agora atualmente, no curso Letras Libras a distancia a sala de aula no ambiente virtual com o interprete no Moodle traduzindo e agente tirando duvida, eu gosto, porque a gente pode tirar duvidas. É interessante ter o Letras Libras a distancia, mas eu acho que o presencial também tem suas vantagens.”</i>	<i>“Eu me sinto presa porque eu queria falar com o professor e eu não tenho (via mensagem) ali a interpretação, eu chamo a minha mãe, vou chamar alguém pra escrever pra mim, eu sozinha escrevo, mas às vezes o professor pode não me entender.”</i>

Fonte: Elaborado pela Autora.

Como se viu apenas dois dos seis entrevistados não conseguiram apontar um ponto positivo. Todos relataram desvantagens, sendo que, dois colaboradores abordaram a dificuldade na compreensão de algumas palavras em português; um colaborador falou que sente falta de um intérprete presencialmente ao seu lado; Outro colaborador acredita que o curso seria melhor se tivesse mais encontros presenciais; Além disso, outros dois colaboradores sentem dificuldades nos momentos de tirar as dúvidas.

*c) Dados colhidos ao pesquisar sobre a qualidade do material didático, dos intérpretes de LIBRAS e das disciplinas:*

No quadro 5 (cinco), os alunos deixam claro a sua opinião quanto o material didático, intérprete e disciplinas. Dos seis entrevistados apenas um não acha o material didático bom, por falta de explicação, e os outros cinco gostam do material didático. Sobre os intérpretes todos os seis entrevistados consideram alguns intérpretes despreparados e sobre as disciplinas apenas dois não gostam dos procedimentos de uma disciplina.

Quadro 5. Sua opinião quanto o material didático, interprete e disciplinas.

Colaboradores	Material Didático	Interprete	Disciplinas
Aluno K	<i>“Não tem positivo.”</i>	<i>“Precisa de intérprete, de apoio em qualquer atividade, no fórum e em outras mais.”</i>	<i>“Tem uma disciplina que é muito errada, que fica só obrigando a escrever, mas ela não conhece nada sobre o surdo, o professor precisa conhecer a cultura surda.”</i>
Aluno P	<i>“Agora agente sabe que é mais fácil procurar na internet. É possível, pois as pastas estão organizadas no ambiente virtual, e agente vê de forma mais clara.”</i>	<i>“A educação a distancia o intérprete é bom.”</i>	<i>“Só tem uma disciplina que é a disciplina de nome Introdução a Educação a Distância, que eu achei mais pesado. Em minha opinião, não combina para os surdos. As atividades precisam mudar um pouquinho. Essa disciplina de Introdução a EAD tinha que ser cancelada, tirada do curso.”</i>
Aluno L	<i>“No ambiente virtual a gente tem também ali o todo o texto traduzido do livro.”</i>	<i>“O intérprete precisa ser mais fluente.”</i>	<i>“Então eu gosto das disciplinas, mas depende do professor.”</i>
Aluno M	<i>Não se posicionou quanto ao material didático.</i>	<i>“Seria melhor ter a ajuda de um intérprete do meu lado, qualquer intérprete interagindo comigo seria muito mais claro ter essa resposta.”</i>	<i>“... é muito difícil responder as atividades, eu não consigo.” .</i>
Aluno I	<i>“Eu gosto dos materiais são materiais muito bons, gosto de ter o DVD do texto todo traduzido em libras.”</i>	<i>“Os intérpretes precisam de mais clareza.”</i>	<i>“Mas, por outro lado faltam maiores explicações pra que agente aprenda de forma mais clara, fica faltando alguma coisa e também não há interação.”</i>
	<i>“Já no Letras Libras</i>	<i>“É importante ter</i>	<i>“Eu me sinto presa,</i>

Aluno A	<i>tem o material que eu olho para está adequando em língua de sinais o que eu estou lendo no texto em português. Por outro lado, tem o DVD com o material excelente em Libras, que aí a gente tira dúvida pra fazer a atividade.”</i>	<i>um intérprete no fórum também, porque às vezes, no fórum a gente vê o enunciado da disciplina, mas não tem um interprete no fórum, algumas disciplinas a gente vê que não tem.”</i>	<i>porque eu queria falar com o professor e eu não tenho ali a interpretação, eu chamo a minha mãe, vou chamar alguém pra escrever pra mim, eu sozinha escrevo, mas às vezes o professor pode não me entender, então eu peço para o intérprete mandar uma pergunta para que na realidade o professor me entenda.”</i>
---------	--	--	---

Fonte: Elaborado pela Autora.

#### 4.2.2- O Surdo na EAD: possibilidades (sugestões)

Os alunos entrevistados que cursam o Letras/LIBRAS na modalidade EAD na UFPB enfatizam que o curso é importante. Alguns escolheram esse curso pelo fato de não terem se adaptado ao sistema presencial e por este curso facilitar a continuidade no estudo superior sendo mais prático e interessante.

Alguns dos colaboradores da pesquisa se posicionaram e compartilharam o que no ponto de vista deles poderia ser uma melhoria para o curso, como podemos ver a seguir:

Quadro 6 – Suas sugestões para melhorar o curso.

Colaboradores	Sugestões
Aluna K.	<i>“Meu sonho, é que o curso Letras Libras, seja um curso presencial, tendo aulas todos os dias da semana, esse é o meu sonho. Ou, três sábados presencialmente, mas de modalidade presencial.”</i>
Aluna A.	<i>“A sugestão seria de ter em todas as colunas ali do lado informações (ex. vai ter uma prova, vai ter atividade) porque aí já teríamos esses avisos assim que entrasse no ambiente, de ter as horas de ter a comunicação de ver as informações de forma visual bem mais esclarecedoras pra gente.”</i>
Aluna I.	<i>“A minha sugestão é que precisa melhorar os intérpretes.”</i>

Fonte: Elaborado pela Autora.

Ao analisar todos os dados colhidos descritos nos relatos dos entrevistados, percebemos que o curso LETRAS/LIBRAS na modalidade de EAD, de uma forma geral para os entrevistados, é muito importante, possui mais vantagens do que a educação presencial. Possui mais flexibilidade quanto à hora, local e tempo, gerando um conhecimento coletivo e socializando as informações e dúvidas.

Entretanto, em alguns momentos, foi constatado, que mesmo com o reconhecimento da importância do curso, os alunos descreveram algumas dificuldades quanto a: pouca interação aluno-professor e aluno-intérprete, além da dificuldade de compreender algumas palavras e textos.

É possível perceber ainda, que a maioria das desvantagens elencadas está relacionada com a falta de fluência de alguns intérpretes e a dificuldade na interpretação do material em português.

#### **4.2.3- O Surdo na EAD: desafios**

Após o contato com alguns alunos com surdez do curso Letras/LIBRAS na modalidade à distância, foi possível verificar que na opinião deles existem alguns pontos que podem ser melhorados.

Alguns dos alunos entrevistados relataram que o curso é bom, que tem ajudado a realizar o sonho de ter uma formação superior, que os materiais didáticos disponibilizados pelo curso são realmente muito bons. Mas, foi possível perceber em suas falas que ainda há mudanças relevantes a serem feitas tornando a caminhada do surdo no curso a distância mais produtivo.

Através desta pesquisa realizada com alunos surdos do curso, tornou-se evidente algumas dificuldades vivenciadas pelos alunos surdos:

- Má qualidade na interpretação dos textos de algumas disciplinas;
- Ausência de intérprete no fórum em algumas disciplinas;
- A lentidão no feedback para os alunos que não são tão rápidas como eles gostariam;

- A falta de interação com o professor;
- A falta de clareza nas explicações de alguns intérpretes;
- O excesso de atividades e a presença de atividades com palavras de difícil compreensão.

As dificuldades apontadas demonstram que o ensino superior demanda um esforço maior por parte deles em meio às realidades vivenciadas, que estão relacionadas às melhorias das adaptações já existentes, essas melhorias contribua ainda mais para que o número de surdos na EAD seja maior.

## **5- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposta temática desta monografia surgiu da necessidade de analisar a situação do surdo frente ao ensino superior. No decorrer desta pesquisa, foram apresentadas abordagens teóricas e fatos históricos que influenciaram na construção da educação do surdo.

A EAD vem crescendo bastante nos últimos anos e cada vez mais pessoas e instituições vêm por meio desse novo meio de educação, democratizar o conhecimento e aumentar as oportunidades de aprendizagem.

Os relatos dos alunos surdos foram bastante esclarecedores quanto a acessibilidade que o curso pesquisado, Letras com habilitação em LIBRAS, possui e as possibilidades de melhoras que podem ser feitas no curso.

Por meio desta pesquisa foi possível perceber que os alunos com surdez mesmo em meio as dificuldades por eles relatadas reconhecem que a EAD é um meio de facilitar o acesso e permanência dos mesmos no ensino superior.

Mas em meio a todo esse avanço educar a distância não deixa de ser um grande desafio, pois os alunos ficam mais distantes dos professores, dificultando em alguns casos a discussão e debates de algumas dúvidas que os alunos surdos queriam que fossem esclarecidas de forma mais eficaz.

Refletir sobre a inclusão de alunos surdos no ensino superior na modalidade a distância é imprescindível, pois uma educação igualitária e de qualidade só se torna possível quando discutimos, analisamos e propomos ações que com certeza modificarão as estruturas que viabilizam a inclusão.

Com isto, a pesquisa então, cumpriu a proposta de responder a problemática apresentada inicialmente retratando a realidade e atentando para as propostas dos alunos surdos, a fim de contribuir com dados para uma real inclusão de qualidade o curso de Licenciatura Plena em Letras Libras (modalidade de ensino a distância) da Universidade Federal da Paraíba.

## REFERÊNCIAS

BARONI, L. L., *Apesar do potencial, EAD ainda não atrai deficientes*. Disponível em: <[http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/clipping\\_abed/908/apesar\\_do\\_potencial\\_ead\\_ainda\\_nao\\_atrai\\_deficientes](http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/clipping_abed/908/apesar_do_potencial_ead_ainda_nao_atrai_deficientes)>. Acesso em 04 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)

BRASIL, Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro, 2005. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm) Acesso em 10 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em [http://presidencia.gov.br/ccivil/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://presidencia.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em 10 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm) Acesso em 12 de janeiro de 2013.

CRUZ, J. I. G., DIAS, T. R. da S., *Trajetória do surdo no ensino superior: condições e possibilidades*. Revista Brasileira de Educação Especial, v.15, nº 1, p.65-80, 2009.

DREHER, A., *Letras-Libras da UFSC forma os primeiros professores de Língua de sinais no Brasil*. Disponível em: < <http://noticias.ufsc.br/2011/01/letras-libras-da-ufsc-forma-os-primeiros-professores-de-lingua-de-sinais-no-brasil/>>. Acesso em 04 de agosto de 2013.

FARIA, E. M. B; CARVALHO, C.B, *Língua Portuguesa e LIBRAS: Teoria e Prática 1/* (Organizadoras). – João Pessoa. Editora Universitária da UFPB, 2010.

FARIA, E. M. B., ASSIS, M.C., *Língua Portuguesa e LIBRAS: Teorias e Práticas 5/* (Organizadoras). – João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. 305p.:Il

GOLDFELD, Marcia. *Breve relato sobre a educação de surdos*. In: \_\_\_\_\_. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista*. São Paulo: Plexus, 2001.

GODOY, A. S. *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. In: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

GUARINELLO, A. C., BERBERIAN, A. P., SANTANA, A. P. de O., BORTOLOZZI, K. B., SCHEMBERG, S, FIGUEIREDO, L. C., *Surdez e letramento: Pesquisa com surdos universitários de Curitiba e Florianópolis*. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.15, nº 1, p.99-120, 2009.

LACERDA, C. F. de, *Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos*. Caderno CEDES, Campinas,v.19, n.46, p. 68-80,1998.

*Manual informativo sobre inclusão*. Projeto Inclusão, Editora: Didática Paulista,São Paulo, 2004.

PALLOFF,R & PRATT, K. *O Aluno Virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line*. Tradução: Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2004, 216p.

PERLIN, G. T.T. e outros. *História dos surdos*. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2002. (Caderno Pedagógico).

PERLIN, G.T.T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, R.M. *Estudo Surdos III (Organizadora)* – Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

PRETI, O. *Educação a distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada*. Cuiabá: UFMT, 1996.

SÁ, N. R. L. de, *Cultura, Poder e Educação de Surdos*. Editora: Manaus da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. Florianópolis: LED/UFSC, 2000. 118p.



STROBEL, K. L., *Surdos: Vestígios culturais não registrados na história*. Florianópolis, 2008. Tese (Doutorado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de pesquisa em Educação e Processos Inclusivos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

THIOLLENT, M., *Metodologia da pesquisa-ação*. 10. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados.

UFPB, Núcleo de educação a distância, *UFPB VIRTUAL*. Disponível em: <<http://portal.virtual.ufpb.br/wordpress/sobre/>>. Acesso em 29 de agosto de 2013.

UFPB, *Projeto Político Pedagógico do Curso Letras/LIBRAS*, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura. *História dos surdos*. Disponível em: <[http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo7/libras/unidade2/historia\\_surdos.htm](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo7/libras/unidade2/historia_surdos.htm)>. Acesso em 28 de março de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura. *Comunicação total*. Disponível em: <[http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo7/libras/unidade3/comunicacao\\_total.htm](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo7/libras/unidade3/comunicacao_total.htm)>. Acesso em 28 de março de 2013.

## APÊNDICE

### APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre ***O surdo na EAD: Possibilidades e Desafios no Ensino Superior*** e está sendo desenvolvida por *Thayane Leite de V. Lima*, aluna do Curso de *Pedagogia* da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> *Janaina Aguiar Peixoto*.

O objetivo do estudo é fazer uma análise de como o surdo tem caminhado na EAD, se essa modalidade tem oferecido ferramentas para o surdo ingressar e permanecer no ensino superior.

A finalidade deste trabalho é contribuir para que se compreenda como a parceria entre Educação a Distancia e a pessoa com surdez tem funcionado na UFPB. Não apenas abordando os benefícios desta ferramenta, mas também suas limitações e as dificuldades enfrentadas pelo surdo na construção de uma nova história.

Solicitamos a sua colaboração para a entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo no Trabalho de Conclusão de Curso. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

---

Assinatura do Participante da Pesquisa

---

Assinatura da Testemunha

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Thayane Leite de V. Lima. Telefone: (83) 8847-3515.

Atenciosamente,

---

Assinatura do Pesquisador Responsável

## APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO COLABORADOR

1. Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino
2. Idade: \_\_\_\_\_ anos
3. Você é filho de:  
  
☐ pai surdo ☐ pai ouvinte  
☐ mãe surda ☐ mãe ouvinte
4. Quanto a sua comunicação:  
  
☐ Oralizado ☐ Fluente em LIBRAS ☐ Sabe pouco LIBRAS e Oraliza pouco  
☐ Ler e escreve bem o Português ☐ Ler e escreve pouco o Português
5. Qual o seu período:  
  
☐ 1º Período ☐ 2º Período ☐ 3º período ☐ 4º período ☐ 5º período  
☐ 6º período ☐ 7º período
6. Qual o seu polo?  
  
☐ Alagoa Grande (PB)  
☐ Cabaceiras (PB)  
☐ Camaçari (BA)  
☐ Campina Grande (PB)  
☐ Conde (PB)  
☐ Coremas (PB)  
☐ Duas Estradas (PB)  
☐ Itaporanga (PB)  
☐ João Pessoa (PB)  
☐ Pombal (PB)  
☐ Taperoá (PB)

### **APÊNDICE 3 – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

- 1) Comparando a sua experiência de curso presencial no 1º e 2º grau com sua experiência agora no curso superior de modalidade a distância, responda: Qual a modalidade que você se sente melhor quanto a sua acessibilidade (intérprete, interação com professor, material didático com recursos visuais e respostas as suas dúvidas de acordo com suas necessidades)?
- 2) O que você achou da prova para ingressar no curso?
- 3) Fale sobre sua experiência no curso Letras/ Libras. Os pontos positivos (as coisas boas).
- 4) Fale sobre sua experiência no curso Letras/ Libras. Os pontos negativos (as coisas que faltam melhorar).
- 5) Quais as suas sugestões para melhorar o curso?

## ANEXOS

### ANEXO 1



## **Presidência da República**

### **Casa Civil**

### **Subchefia para Assuntos Jurídicos**

### **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.**

#### Regulamento

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**  
*Paulo Renato Souza*

## ANEXO 2



# Presidência da República

## Casa Civil

### Subchefia para Assuntos Jurídicos

## DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

### DECRETA:

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a [Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002](#), e o [art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000](#).

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

#### CAPÍTULO II

#### DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

### CAPÍTULO III

#### DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E DO INSTRUTOR DE LIBRAS

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngüe, referida no **caput**.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 6º A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.

§ 1º A formação do instrutor de Libras pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;

II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;

III - professor ouvinte bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.



§ 1º Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

§ 2º A partir de um ano da publicação deste Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Art. 8º O exame de proficiência em Libras, referido no art. 7º, deve avaliar a fluência no uso, o conhecimento e a competência para o ensino dessa língua.

§ 1º O exame de proficiência em Libras deve ser promovido, anualmente, pelo Ministério da Educação e instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade.

§ 2º A certificação de proficiência em Libras habilitará o instrutor ou o professor para a função docente.

§ 3º O exame de proficiência em Libras deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Libras, constituída por docentes surdos e lingüistas de instituições de educação superior.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

- I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;
- II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;
- III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e
- IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

Art. 10. As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

- I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;
- II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;
- III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 12. As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O tema sobre a modalidade escrita da língua portuguesa para surdos deve ser incluído como conteúdo nos cursos de Fonoaudiologia.

#### CAPÍTULO IV

#### DO USO E DA DIFUSÃO DA LIBRAS E DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O

#### ACESSO DAS PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no **caput**, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos;

IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

§ 2º O professor da educação básica, bilíngüe, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente.

§ 3º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Art. 15. Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como:

I - atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; e

II - áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior.

Art. 16. A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.

Parágrafo único. A definição de espaço para o desenvolvimento da modalidade oral da Língua Portuguesa e a definição dos profissionais de Fonoaudiologia para atuação com alunos da educação básica são de competência dos órgãos que possuam estas atribuições nas unidades federadas.

## CAPÍTULO V

### DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;

III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos.

Parágrafo único. As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, lingüistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os

níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1º O profissional a que se refere o **caput** atuará:

I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;

II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e

III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

## CAPÍTULO VI

### DA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS OU

#### COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras.

§ 4º O disposto no § 2º deste artigo deve ser garantido também para os alunos não usuários da Libras.

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do aluno surdo.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 24. A programação visual dos cursos de nível médio e superior, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação a distância, deve dispor de sistemas de acesso à informação como janela com tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa e subtitulação por meio do sistema de legenda oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

## CAPÍTULO VII

### DA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

- I - ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva;
- II - tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;
- III - realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;
- IV - seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;
- V - acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica;
- VI - atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional;
- VII - atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno;
- VIII - orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa;
- IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e

X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

§ 1º O disposto neste artigo deve ser garantido também para os alunos surdos ou com deficiência auditiva não usuários da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal, do Distrito Federal e as empresas privadas que detêm autorização, concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde buscarão implementar as medidas referidas no art. 3º da Lei nº 10.436, de 2002, como meio de assegurar, prioritariamente, aos alunos surdos ou com deficiência auditiva matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas.

## CAPÍTULO VIII

### DO PAPEL DO PODER PÚBLICO E DAS EMPRESAS QUE DETÊM CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, NO APOIO AO USO E DIFUSÃO DA LIBRAS

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o [Decreto nº 5.296, de 2004](#).

§ 1º As instituições de que trata o **caput** devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado, previsto no **caput**.

Art. 27. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, bem como das empresas que detêm concessão e permissão de serviços públicos federais, os serviços prestados por servidores e empregados capacitados para utilizar a Libras e realizar a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa estão sujeitos a padrões de controle de atendimento e a avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conformidade com o [Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000](#).

Parágrafo único. Caberá à administração pública no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal disciplinar, em regulamento próprio, os padrões de controle do atendimento e avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, referido no **caput**.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 29. O Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do uso e difusão de Libras e de sua tradução e interpretação, referidos nos dispositivos deste Decreto.

Art. 30. Os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, direta e indireta, viabilizarão as ações previstas neste Decreto com dotações específicas em seus orçamentos anuais e plurianuais, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184<sup>º</sup> da Independência e 117<sup>º</sup> da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Fernando Haddad*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.2005



## ANEXO 3

# UFPB VIRTUAL



## VESTIBULAR 2013

**CURSOS OFERECIDOS**

- Bacharelado em Administração Pública
- Licenciatura em Ciências Agrárias
- Licenciatura em Ciências Biológicas
- Licenciatura em Ciências Naturais
- Licenciatura em Computação
- Licenciatura em Matemática
- Licenciatura em Letras
- Licenciatura em Letras/LIBRAS
- Licenciatura em Pedagogia

**CALENDÁRIO PARA O PROCESSO SELETIVO 2013**

- Inscrições: de 21 de janeiro a 03 de fevereiro de 2013
- Vestibular: 03 de março de 2013
- Cadastramento dos classificados: de 13 a 15 de março de 2013
- Início das aulas Período 2013.1: 25 de março de 2013
- Início das aulas Período 2013.2: 19 de agosto de 2013

[www.coperve.ufpb.br](http://www.coperve.ufpb.br) - [www.virtual.ufpb.br](http://www.virtual.ufpb.br)



**FORMA DE ACESSO – VESTIBULAR**

- PROVA COM 40 QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA:
- CONTEÚDO DO ENSINO MÉDIO (Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira, Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia Geral e do Brasil, História Geral e do Brasil).
- PROVA DE REDAÇÃO

**PARA O CURSO DE LETRAS/LIBRAS**

- PROVA COM 20 QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA
- CONTEÚDO DO ENSINO MÉDIO (Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia Geral e do Brasil, História Geral e do Brasil)
- PROVA DE REDAÇÃO

**VAGAS**

- VAGAS PARA PROFESSORES - destinadas apenas a docentes da rede de ensino pública municipal, estadual ou federal.
- VAGAS PARA DEMANDA SOCIAL - destinadas a qualquer candidato que tenha concluído o Ensino Médio ou curso equivalente, interessado em ingressar nos Cursos de Graduação da Universidade Federal da Paraíba, no Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.
- VAGAS PARA SURDOS – destinadas a candidatos ao Curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS com deficiência auditiva comprovada.

Consulte o edital para mais informações.

**INSCRIÇÃO**  
[www.coperve.ufpb.br](http://www.coperve.ufpb.br)

**TAXA DE INSCRIÇÃO**  
R\$ 35,00 (trinta e cinco reais)



[www.coperve.ufpb.br](http://www.coperve.ufpb.br) - [www.virtual.ufpb.br](http://www.virtual.ufpb.br)

Foto e Arte Gráfica: Nicolai Lima